

A odisséia para se conseguir quórum durante o recesso

Com tantos problemas para se obter quórum, os deputados preferiram ignorar as calças compridas da deputada Rita Camata.



Luiz Antônio/AE

Em quatro minutos, a Comissão Representativa do Congresso, encarregada de manter a Casa em atividade durante o recesso parlamentar, aprovou ontem um crédito especial de Cr\$ 28,5 bilhões para a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT). Mas para que isso acontecesse foi necessário mandar buscar um deputado em Goiânia, a capital mais próxima de Brasília, a 180 quilômetros. A exemplo do que ocorreu na quinta-feira, não havia quórum suficiente para as deliberações.

Foi o próprio presidente da ECT, José Carlos Rocha Lima, quem cuidou da mobilização dos deputados. Como na véspera faltaram dois parlamentares para a votação, Lima conseguiu fazer vir do Espírito Santo a deputada Rita Camata (PMDB), de Bauru (SP) o deputado Tidei de Lima (PMDB), e do Ceará o deputado Aécio de Borba (PDS). Mas, para sua surpresa, um deles, Oswaldo Almeida (PL-RJ), foi embora, e o outro, Leomar Quintanilha (PDC-TO), não pôde ser "contado" por ser suplente.

Esse crédito havia sido inicialmente autorizado em favor do Banco do Brasil e da Petrobrás, mas como ele não foi utilizado por essas empresas, a ECT pediu sua transferência à última hora. Não houve tempo para o

Congresso votá-lo até o encerramento de seus trabalhos, dia 15. Só foi examinado e aprovado pela Comissão de Orçamento — o que permitiu sua aprovação pela Comissão Representativa. Mas ontem era o dia fatal. Não transferido, o crédito cairia em "exercício findo" e a ECT ficaria sem o dinheiro. "Foi um alívio", disse Rocha Lima após a votação. Segundo ele, o dinheiro será utilizado para saldar dívidas da empresa, não evitando um próximo reajustamento no preço das tarifas postais.

A comissão, criada pela Constituição de 1988 para atuar em nome do Congresso em casos de urgência, durante os recessos parlamentares, é constituída por sete senadores e 16 deputados e de igual número de suplentes. Para deliberar, precisa de no mínimo quatro senadores e nove deputados. Havia senadores em número suficiente (seis) desde o horário marcado para a reunião, 11 horas. Tidei de Lima chegou uma hora e meia depois, sob os aplausos dos colegas. Mas ainda faltava um. Os telefonemas eram inúteis. Não se localizava ninguém. Até que encontraram um, João Natal (PMDB-GO), em Goiânia, o local mais próximo.

Os deputados e senadores ficaram sentados no plenário do Senado, conversando, enquanto

o presidente da ECT se esforça para trazer João Natal. Ele deveria chegar às 13h30, mas só chegou às 15h55. Como o Congresso está quase desativado, devido ao recesso de fim de ano, não havia nem cafezinho. Por volta das 15 horas, o presidente da sessão do Congresso e da comissão, Nelson Carneiro (PMDB-RJ), retornou ao plenário anunciando "uma boa notícia".

"Chegou?" — perguntaram, esperando que se tratasse de João Natal.

"Não" — respondeu Carneiro. "Mas ficou pronto o cafezinho. Vamos para meu gabinete".

Para alegria geral, pouco depois o presidente da ECT chegou com João Natal. Este alegou dificuldade para conseguir avião. Obteve um "Mitsubishi" emprestado pelo deputado eleito José Gomes (PMDB-GO). Mas ele demorou porque estava reunido para almoço, em sua casa, com os 41 prefeitos da sua região. Diante da dificuldade, todo mundo fez que não viu as calças jeans (anti-regimentais) com que a jovem deputada Rita Camata (PMDB-ES) passeava pelo plenário. A comissão aprovou também um crédito especial de Cr\$ 603 milhões para a Fundação Educar.